

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO DE SERVIÇO SOCIAL

Mariana Hendges Lourenço

INTERSECCIONALIDADE E O SERVIÇO SOCIAL:
Reflexões acerca da utilização do método

Santa Maria, RS
2023

Mariana Hendges Lourenço

**INTERSECCIONALIDADE E O SERVIÇO SOCIAL:
Reflexões acerca da utilização do método**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em
Serviço Social.

Orientador: Prof. Fabio Jardel Gaviraghi

Santa Maria, RS 2023.

Mariana Hendges Lourenço

INTERSECCIONALIDADE E O SERVIÇO SOCIAL:

Reflexões acerca da utilização do método

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharela em Serviço Social**.

Aprovado em : 26/01/2023

Fabio Jardel Gaviraghi
(Presidente/Orientador)

Professora Dra. Cristina Kologeski Fraga

Santa Maria, RS
2023.

Dedico este trabalho a todas as mulheres negras revolucionárias que abriram caminhos. Seguiremos em luta, realizando os sonhos ancestrais.

Agradecimentos

Dedico este espaço a agradecer a todas as mulheres revolucionárias e de luta que me formaram até aqui. Agradeço em especial a minha mãe, Lourdes Hendges, que com muito esforço forneceu todas as condições necessárias para a minha formação, e também a minha irmã, Marjana Lourenço, minha maior fã. Que em 2016 me presenteou com o livro “Mulheres, raça e classe” da incrível Angela Davis, onde tive meu primeiro contato com o feminismo negro de forma teórica e conseqüentemente com a interseccionalidade. Mulheres, vocês são minha força e minha inteligência, meus pés e meu coração. Sem vocês nada disso seria possível.

Agradeço também a todas as mulheres incríveis que se juntaram a mim nesta caminhada universitária e às quais tenho o privilégio de chamar amigas, em especial a Franciele Querobim, Abgayl Nunes, Dayane Verneque, Ingrid Odete, Geovana Ellin, Héllen Oliveira e Mary, minhas irmãs, que são parte de mim e me lembram a importância da luta pela emancipação feminina plena.

Resumo

Interseccionalidade e Serviço Social: Reflexões acerca da utilização do método

AUTORA: Mariana Hendges Lourenço

ORIENTADOR: Prof. Dr. Fabio Jardel Gaviraghi

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em Serviço Social, é fruto de uma pesquisa bibliográfica, com método de abordagem dedutivo. Partindo da perspectiva geral de análise sobre a categoria analítica da interseccionalidade e do racismo estrutural, a pesquisa busca analisar as produções acadêmicas que utilizam do método interseccional no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria, a fim de compreender como este método pode ser empregado no Serviço Social. Este trabalho buscou também problematizar a relação do Serviço Social com o uso de ferramentas analíticas que extrapolam as já apresentadas e trabalhadas pelos profissionais e pesquisadores do Serviço Social. Considerando que cabe ao Serviço Social observar e intervir nas desigualdades enfrentadas pela população negra, população essa, que representa a maior parcela da população brasileira, cerca de 56%. A pesquisa visa apresentar as possibilidades de uso da interseccionalidade dentro do Serviço Social. Neste sentido, demonstra-se a importância de superar o epistemicídio direcionado a conhecimentos produzidos por pessoas pertencentes a grupos considerados minorias sociais, contribuindo com a defesa do projeto profissional comprometido com a justiça social. Na pesquisa realizada foi encontrado um trabalho de conclusão de curso com o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, evidenciando a possibilidade do uso desta metodologia dentro do Serviço Social.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Serviço Social. Racismo, Mulheres.

Abstract

Intersectionality and Social Work: Reflections on the use of the method

AUTHOR: Mariana Hendges Lourenço
ADVISOR: Prof. Dr. Fabio Jardel Gaviraghi

This Course Completion Work (TCC), in Social Work, is the result of a bibliographical research, with a deductive approach method. Starting from the general perspective of analysis on the analytical category of intersectionality and structural racism, the research seeks to analyze the academic productions that use the intersectional method in the Social Work course at the Federal University of Santa Maria, in order to understand how this method can be employed in Social Service. This work also sought to problematize the relationship of Social Work with the use of analytical tools that go beyond those already presented and worked on by Social Work professionals and researchers. Considering that it is up to the Social Service to observe and intervene in the inequalities faced by the black population, this population, which represents the largest portion of the Brazilian population, about 56%. The research aims to present the possibilities of using intersectionality within Social Work. In this sense, it demonstrates the importance of overcoming epistemicide directed to knowledge produced by people belonging to groups considered social minorities, contributing to the defense of the professional project committed to social justice.

Keywords: Intersectionality. Social service. Search. Academic productions.

Lista de Quadros

Quadro 1 – Elementos do projeto de pesquisa.	13
Quadro 2 – Pesquisas realizadas com as palavras chaves “interseccionalidade e Serviço Social” da interseccionalidade no repositório digital da UFSM.	43

Lista de Siglas

ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

FNB - Frente Negra Brasileira

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PEP- Projeto Ético-Político

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

UFMS- Universidade Federal de Santa Maria

Sumário

1. Introdução	11
2. Serviço Social e a Interseccionalidade	15
2.1 Serviço Social e o Movimento de reconceituação: Uma (re) construção constante	15
2.2 Serviço Social e a produção bibliográfica/científica	21
2.3 Interseccionalidade: Conceitos e entendimentos	32
3. Análise de dados: afinal de contas a interseccionalidade cabe aqui?	38
4. Considerações finais	49
5. Referências	52

1. Introdução

O presente trabalho tem como tema central analisar o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica no Serviço Social. O trabalho visa construir uma revisão bibliográfica referente ao tema, buscando compreender onde se localizam as pesquisas acerca da população negra ou outro grupo socialmente minoritário que utiliza desta ferramenta analítica, elaborada e teorizada por mulheres negras politicamente organizadas, para criar mecanismos e estratégias eficientes para a garantia de direitos destes grupos.

Pretende-se, assim, verificar se as pesquisas no Serviço Social abordam e compreendem o racismo como sendo uma das expressões da questão social e como consequência do sistema econômico e social regente da sociedade atual.

Para elaboração deste trabalho foi utilizado o método de abordagem dedutivo, a fim de se compreender o que foi produzido e publicado em artigos científicos acerca da temática da interseccionalidade no Serviço Social no Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2010 a 2022. Considerando que, 2010 foi o ano de criação do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria, instituição onde se realiza o estudo.

Dessa forma, busca-se centralizar a análise em trabalhos acadêmicos desenvolvidos nessa área de conhecimento no repositório da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), dando ênfase nas produções em Serviço Social e vinculadas ao curso de bacharelado de Serviço Social.

Nos dias de hoje, é de extrema importância compreender a interseccionalidade dentro do Serviço Social como uma ferramenta analítica, para repensarmos as práticas profissionais junto às populações consideradas minorias sociais¹, em específico mulheres negras. Cabe ao Serviço Social observar e intervir nas desigualdades enfrentadas pela população negra, população essa, que foi e é marginalizada e impedida de acessar e usufruir de direitos básicos assegurados na Constituição Federal de 1988, leis infraconstitucionais e normas internacionais de direitos humanos. Sabe-se que o Brasil, como em boa parte de outros países em desenvolvimento ou já desenvolvidos economicamente, é um país que sempre

¹ Como minorias sociais compreende-se grupos que vivem à margem da sociedade, sujeitos a preconceito e discriminação, por sua condição econômica e sua etnicidade.

privilegiou a branquitude e o capital, contribuindo, assim, para que o racismo se estabeleça como um dos pilares da estrutura social atual.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil em 2010, 54% da população era negra. Sendo a maioria dessa população formada por mulheres, cerca de 23% do total de brasileiros. Destas, 22% não tinham sido alfabetizadas (IBGE, 2010).

Dados mais recentes divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características Gerais dos Moradores (PNAD), em 2022, entre os anos de 2012 e 2021, houve crescimento na porcentagem das pessoas autodeclaradas pretas, de 7,4% para 9,1%, e de pardas, de 45,6% para 47,0%, representando assim um total de 56% da população brasileira que se auto declara preta ou parda. Desde 2015, segundo a PNAD Contínua, a maior parte da população residente no país é a dos que se declaram pardos.

Outros dados importantes a serem observados é que, no Estado do Rio Grande do Sul, a população autodeclarada negra soma apenas 24,3% dos habitantes do estado, segundo dados do IPEA em 2022. Demonstrando um aumento frente aos dados divulgados do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, onde esta mesma população somava 16,13% da população do estado do Rio Grande do Sul. A taxa de analfabetismo entre a população negra gaúcha, chega a 9,5%; e os jovens negros gaúchos têm 1,7% mais chances de morrer do que jovens brancos no estado (BRASIL, 2015). O racismo estrutural² demonstra ser um dos principais motivos desses dados alarmantes sobre a população negra.

É de extrema importância que ao iniciar a leitura deste projeto trabalho se tenha em mente que o tema em questão é o uso da interseccionalidade como sendo uma ferramenta analítica também para o Serviço Social. Compreendendo assim, que a interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o patriarcalismo, o racismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Para além disso,

² Entende-se racismo estrutural como apresentado por Silvio Almeida: “[...] o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (2017, p. 39)

a interseccionalidade desvela também a forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos.

Além dos dados que serão apresentados e analisados, cabe observar a produção acadêmica a respeito do racismo e da interseccionalidade no Serviço Social. Ao fazer um levantamento no periódico CAPES, utilizando as palavras-chaves “racismo” e “interseccionalidade” obtivemos os seguintes resultados: na busca por “racismo”, 21.044 resultados; já ao procurar por “interseccionalidade” 3.135 resultados. Aplicando um filtro nas buscas, adicionando ao campo de pesquisa a palavra-chave “Rio Grande do Sul”, os resultados demonstraram uma queda na publicação.

A seguir, quadro ilustrativo dos elementos basilares do projeto de pesquisa, o qual dará substratos para a elaboração do trabalho de conclusão de curso no curso de graduação em Serviço Social.

Quadro 1. Elementos do projeto de pesquisa

Tema: O uso da Interseccionalidade nas pesquisas em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria.
Delimitação do tema: Pesquisa bibliográfica sobre o tema em trabalhos acadêmicos do curso de Serviço Social-UFSM.
Problema de pesquisa: Quais as produções acadêmicas com base na ferramenta analítica da interseccionalidade que o Serviço Social tem produzido?
Objetivo geral: Analisar as produções acadêmicas que utilizam do método interseccional no curso de Serviço Social.
Objetivo específico 1: Conceituar a interseccionalidade e sua ligação com o Serviço Social.
Objetivo específico 2: Evidenciar onde se localizam as publicações acerca do tema já referido e como o curso de Serviço Social trabalha o método interseccional.

Metodologia: método de abordagem dedutivo. Partindo da perspectiva geral de análise sobre a categoria analítica da interseccionalidade e do racismo estrutural, para observar o que está sendo produzido e publicado em revistas científicas acerca das temáticas de racismo, interseccionalidade e Serviço Social no Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2010 a 2022.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Após essas considerações introdutórias, será evidenciado o caminho percorrido no processo de reconceituação do serviço social, bem como, da criação e do uso da interseccionalidade como uma ferramenta analítica. Será apresentado a análise dos dados e por fim, tecidas as considerações finais acerca do uso da interseccionalidade pelo serviço social.

2. Serviço Social e a Interseccionalidade

O serviço social, tem como seu objeto de trabalho, as expressões da questão social. Entre suas atribuições e competências, tem-se também a produção de conhecimento. Será apresentado a seguir o debate acerca do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica para o Serviço Social. Com base teórica em Marilda Iamamoto (2009), José Paulo Netto (2005), Jarlene Mariano da Silva (2017), Maria Beatriz Costa Abramides (2015) entre outras e outros teóricos do Serviço Social, e Kimberlé Crenshaw (1991), Patrícia Hill Collins (2017), Sirma Bilge (2020), Sueli Carneiro (2005) e Winnie Bueno (2019), intelectuais que discorrem sobre o uso e a importância da interseccionalidade.

2.1 Serviço Social e o Movimento de reconceituação: Uma (re) construção constante.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, exerce sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais e na esfera pública e privada. Desenvolve também, atividades na abordagem direta da população que procura as instituições e o trabalho do profissional é por meio da pesquisa, da administração, do planejamento, da supervisão, da consultoria, da gestão de políticas, de programas e de serviços sociais (PIANA, 2009).

Sendo também uma prática, o Serviço Social é um processo de atuação, que se constrói por uma teoria e volta à prática para transformá-la. O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Importa referir que o Serviço Social, surge em contexto e com propostas diferentes, como destaca Jarlene Mariano Da Silva:

O Serviço Social emerge no Brasil com um caráter missionário, tendo uma base inicial formada quase que exclusivamente por mulheres – ressaltando a noção de vocação do feminino para o cuidado –, da alta sociedade, ligadas à Igreja Católica, que necessitavam comprovar determinados padrões de conduta social e moral, de acordo com a doutrina da Igreja, para educar e controlar a classe operária e marginalizada (SILVA, 2017, p. 20.)

Estas mulheres trabalhadoras sociais ainda não faziam uma crítica consciente referente ao seu trabalho e sua intervenção na sociedade, muito menos à sistematização e teorização da profissão, equivocando-se com a ideia de que serviam em amor ao próximo, segundo o que pregava a igreja (SILVA, 2017). Não era realizada uma análise da realidade para o enfrentamento da questão social, pelo contrário ela é substituída por “uma apreensão moral dos fenômenos sociais” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 230).

Assim, o Movimento de Reconceituação se mostra como sendo um importante marco para o Serviço Social, pois é partir dele que surge outra visão acerca da prática profissional, voltada a uma análise crítica da realidade social, buscando assim uma melhor atuação profissional ao atender as demandas da questão social, pautada em bases teórico-metodológicas que buscam superar as práticas tradicionais do Serviço Social.

Compreende-se que esta nova fase da profissão teve início no contexto da ditadura militar que ocorreu no Brasil de 1964 a 1985. O período da ditadura militar iniciou-se com o golpe de 64 efetuado pelos militares, e foi a partir deste golpe que o governo passou a ser regido por militares e apresentava-se sob duas faces: a ideológica e a repressiva. Aqueles que iam contra o ideal burguês sofriam grande repressão e violência, física e moral, que fez com que muitas pessoas fossem mortas, e outros exilados (NETTO, 2005).

Neste contexto da autocracia burguesa, o Serviço Social visava responder às novas demandas que se apresentavam no correr deste cenário. Desta forma o Serviço Social neste primeiro momento se apresentava como reproduzidor das formas tradicionais do início da profissão, com uma prática paliativa, caritativa, assistencialista, prática essa reforçada pela autocracia burguesa.

De acordo com Netto (2005):

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme extrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados as estruturas organizacional - institucionais em que se inseriram tradicionalmente os assistentes sociais. (Netto, 2005, p. 118)

Sendo a prática dos assistentes sociais neste período de subalternidade, agindo como meras executoras terminais de políticas sociais e de caráter assistencialista, pois reproduziam um sentido de ordem na autocracia burguesa, agiam como mantenedores da ordem e controle da sociedade. Assim como ainda é feito por alguns profissionais nos dias de hoje.

Em 1935, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, criou a Lei n.º 2.497 intitulada Do departamento de Assistência Social, para a instauração do Departamento de Assistência Social do Estado, cuja política social era de cunho fortemente assistencialista. Observa-se que a aliança entre o Estado e a Igreja, culminou em uma grande expansão das instituições católicas, tanto as assistenciais, quanto as educativas, entre elas as universidades católicas.

Com a criação da Abess em 1946 (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), atual Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), momento em que várias escolas foram instaladas no país e organizados os primeiros projetos de formação profissional nos cursos de graduação. Abramides (2015) disse que:

O movimento de reconceituação incidiu no Brasil no projeto pioneiro de formação profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Conhecido como método BH, sua formulação e experiência se desenvolveram entre 1972 e 1975. Valeram-se da teoria social de Marx e do materialismo histórico e dialético na compreensão do significado social da profissão, das contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, na direção de uma nova sociabilidade humana. (ABRAMIDES, 2015, p. 460)

Abramides segue seus apontamentos evidenciando que:

[...] durante o processo de ruptura com o conservadorismo, e pouco estudado, foi a forte atuação do movimento estudantil em Serviço Social após o golpe

militar de 1964 e que se estendeu até 1968. A partir do decreto do AI-5, em 13/12/1968, a repressão se ampliou com o cerceamento aos instrumentos de luta, como os sindicatos, os movimentos populares, estudantil e rural. Militantes foram exilados e, a partir de 1971, de forma mais extensiva, muitos foram torturados e mortos. (ABRAMIDES, 2015, p. 461)

Estes trechos nos atentam para a importância deste momento para o Serviço Social e para , pois evidencia a coragem e o compromisso ético e político firmado pelos assistentes sociais e acompanhados dos alunos dos cursos de serviço social da época, uma época de violações e retirada de direitos.

Bem como outro aspecto decisivo do processo de ruptura com o conservadorismo se localizou no movimento sindical dos assistentes sociais, nos marcos de um sindicalismo de lutas que irrompia a conjuntura do país. (ABRAMIDES, 2015).

Entretanto com a reorganização da sociedade por parte do Estado, com a ditadura civil militar em vigor, foram feitas mudanças no país que refletiam modificações no cenário do Serviço Social em dois âmbitos: o da prática e da formação profissional. Na prática profissional existe uma expansão do mercado de trabalho para o Serviço Social, tendo em vista que as novas demandas exigiam um profissional com novas características.

O mercado de trabalho para o assistente social seja em instituições estatais ou mesmo privadas demandava um profissional com postura moderna (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015), que atendesse as exigências de uma racionalidade burocrático-administrativas em meio à modernização conservadora “no sentido de compatibilidade do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades diamantes daquela racionalidade” (NETTO, 2005. p. 123).

A autocracia burguesa exigia uma nova postura profissional dos assistentes sociais, era necessário que agissem com racionalidade. Assim o assistente social tem uma significativa modificação no seu agir profissional, como ressalta Netto (2005):

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”. (NETTO, 2005. p. 123.)

Com essas mudanças na prática profissional, a formação do Serviço Social também passou por mudanças, ocorreu a inserção do ensino do Serviço Social nas universidades, e não mais nas escolas de serviço social. (VIANNA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015).

É a partir deste momento de mudanças profissionais no cerne da profissão que o Serviço Social passa a interagir com disciplinas das ciências sociais como psicologia, antropologia e sociologia, contando também com disciplinas do viés da ditadura militar (VIANNA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015). Esta nova base de formação se construiu das novas exigências que se faziam no mercado de trabalho posto na esfera da ditadura militar. Com a entrada das ciências sociais no âmbito da universidade, o Serviço Social começou a mudar tendo com isso uma postura crítica para seus fundamentos (NETTO, 2005).

É neste contexto histórico que surge o processo de renovação do Serviço Social. Esta renovação do Serviço Social trouxe uma nova forma ao agir profissional, principalmente a romper com práticas tradicionais do início da profissão. (VIANNA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015)

Netto (2005) ressalta que:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (Netto, 2005, p. 131)

O Movimento de Reconceituação segundo Iamamoto (2010) “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”, é um processo que visa dar ao Serviço Social uma prática mais eficaz, que encontre caminhos em novos fundamentos teórico-metodológicos.

Essa renovação do Serviço Social contribuiu na formação de uma pluralidade profissional, evidenciando perspectivas diversificadas que, como disse Netto (2005), é “radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem”, visto que

com a inserção das disciplinas das ciências sociais os profissionais passaram a ter uma visão crítica da sociedade e de sua própria atuação.

Assim, três perspectivas são apresentadas por Netto (2005) neste processo de renovação do Serviço Social: perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Neste trabalho, nos atentar-se-á a terceira perspectiva, a de “intenção de ruptura”.

Autores/as como Viana, Carneiro e Gonçalves (2015) evidenciam que:

A terceira perspectiva é a intenção de ruptura, esta almejava romper totalmente com o Serviço Social tradicional, propunha uma quebra quer com seus procedimentos metodológicos, ideológicos e teóricos, com o seu conservadorismo, a tradição positivista. Esta perspectiva recorre principalmente ao pensamento marxista, que era tida de forma progressiva na sociedade. (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES. 2015, p. 5)

Sendo esta perspectiva, como defende Netto:

A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico metodológicas e prático-profissionais. (NETTO, 2005. p. 250)

Ou seja, dar uma nova cara ao Serviço Social, passando assim “a questionar sua vinculação histórica com os interesses do bloco no poder” (SILVA, 2009). Esta perspectiva se constitui de três momentos distintos: o da sua emergência, o da sua consolidação acadêmica e do seu espraiamento sobre a categoria profissional.

Para Viana, Carneiro e Gonçalves (2015):

Essa perspectiva tem caráter opositor à autocracia burguesa. É caracterizada pela formação de uma massa crítica de assistentes sociais que se puseram a procurar alternativas para a superação da prática do serviço social tradicional. Sua emergência é baseada principalmente no método Belo Horizonte que surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais elaborado por jovens profissionais preocupados em dar uma nova visão ao Serviço Social. (VIANNA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015)

O Serviço Social se apropria das teorias marxistas, pois acreditava-se que uma mudança social era possível. Entretanto, percebe-se que a leitura feita pelos assistentes sociais da época sobre o marxismo foi um tanto quanto superficial, o que

causou uma concepção do assistente social como agente transformador da sociedade numa ideia de revolução.

O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação. Em 27 de Agosto de 1957 foi promulgada a primeira Lei de regulamentação da profissão. A Lei nº 3252, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962.

Faz-se importante ressaltar que a questão racial passou a ser demandada como uma categoria de análise do Serviço Social em 1989, no 6º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, momento de grande mobilização política do movimento negro em que muitas Assistentes Sociais militavam (RIBEIRO, 2004). No entanto, a reduzida produção teórica sobre a questão racial dificulta a leitura da realidade da população negra. Diferentemente dos estudos de gênero que estavam na agenda das Ciências Sociais desde a década de 1970 como estudos da mulher, estudos feministas. Desse modo, tem sido um desafio a busca por produções que abordem simultaneamente gênero e raça no Serviço Social. (SILVA, 2017)

Com isso, percebe-se que ao longo da história, o Serviço Social passa por várias modificações em sua teoria e sua prática. Onde o Movimento de Reconceituação vem reformular a prática dos assistentes sociais, propondo uma prática sistemática e científica, tornando-se o ponto de partida para um Serviço Social crítico, a qual tem grande influência no exercício profissional na contemporaneidade.

2.2 Serviço Social e a produção bibliográfica/científica

Pode-se afirmar que foi ao longo do Movimento de Reconceituação que aconteceram os primeiros contatos entre o Serviço Social e a tradição marxista. Embora o Serviço Social e a produção teórica oriunda de Marx e de sua tradição constituem instâncias diferentes e sejam antagônicos nos seus fundamentos de origem, a relação entre eles é possível, necessária e proveitosa (SILVA, 2015).

Esse processo manifestou no seu interior, como já mencionado anteriormente, com tendências diversas denominadas por Netto (1991) como “modernizadoras” (de orientação funcionalista – CBCISS, 1989), de “reatualização do conservadorismo” (de inspiração fenomenológica – ALMEIDA, 1986) e com “intenção de ruptura” (de

tendência marxista), todas elas comprometidas com a discussão e a formulação de alternativas teórico-práticas em relação ao “Serviço Social tradicional”.

Vale ressaltar que este intenso debate foi realizado sob ditaduras civil-militares implantadas na América Latina a partir dos anos sessenta, informação esta em nada desprezível particularmente para os grupos de orientação marxista (Silva, 2017). Muitos estudantes e profissionais já formados em Serviço Social, a partir da segunda metade dos anos 60 do século XX, estabeleceram seus primeiros contatos com o marxismo através dos movimentos sociais e da resistência à ditadura militar.

O primeiro estudo diretamente fundamentado nas contribuições marxianas em nível de Serviço Social foi publicado na primeira metade dos anos 80. Trata-se da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica” (1985), de autoria da assistente social e professora Marilda Vilela lamamoto, em parceria com Raul de Carvalho.

Silva (2017) observa que:

lamamoto situa e explica o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do mundo do trabalho, cumprindo uma função específica de gerenciamento de projetos e programas de cunho social comprometidos com a administração das desigualdades sociais. A autora também chama a atenção para o caráter controlador do exercício profissional do assistente social, administrando múltiplos conflitos originados na relação capital-trabalho (função historicamente atribuída à profissão). (Silva, 2017)

O autor aponta também que, por outro lado, o estudo não necessariamente identifica o exercício profissional como uma ação meramente paliativa e reprodutora da ordem burguesa unicamente confinada aos interesses do capital, mas indica possibilidades objetivas (concretas e historicamente dadas) para potencializar um outro tipo de Serviço Social (SILVA, 2017).

lamamoto, 1985 afirma que o Serviço Social:

[...] Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir

dessa compreensão, é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas (IAMAMOTO, 1985, p. 75).

É o legado deixado por essa tradição, denominado por Netto (1991) de “intenção de ruptura”, que a aproximação entre o Serviço Social, as produções marxianas e marxistas se deram ao longo das décadas de 80 e 90 do século XX até os dias de hoje. E é baseada nesta “intenção de ruptura” que a maioria das pesquisas em Serviço Social são produzidas.

Silva (2017) aponta que:

Esta interlocução – embora não seja a única no campo plural que marca o Serviço Social – vem sendo intensamente aprimorada e sistematizada em inúmeros livros, artigos, comunicações de congressos e encontros de pesquisadores. Bem como tem surtido efeitos práticos extremamente significativos nas diretrizes curriculares nacionalmente aprovadas para os cursos de Serviço Social no Brasil (com impactos muito positivos na formação profissional), na revisão do Código de Ética do Assistente Social (1993) e na formulação de um projeto ético-político claramente comprometido com demandas oriundas da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2000).

E é a partir dessa interlocução da intenção de ruptura e das mudanças no interior da profissão, que a pesquisa e as novas produções bibliográficas alcançam legitimidade política e social, tornando-se constitutiva e constituinte do ethos da profissão. É preciso reconhecer também, os avanços que a profissão teve com a criação da área de estudo e de pesquisa junto aos órgãos de fomento (CNPq e CAPES), bem como a expansão dos cursos de pós-graduação a partir dos anos 1970. Nesse cenário, a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) iniciou, pioneiramente, a formação e a titulação de um número considerável de mestres e doutores para atuar nas diversas universidades do país.

No decorrer das décadas seguintes (1980/1990) ocorreu um expressivo empenho da categoria para fortalecer a base científico-profissional, sobretudo em relação ao processo de construção crítica da profissão e do exercício profissional, ambos pautados no aporte sócio-histórico da análise do real difundido pelo currículo de 1982 (SILVA; SILVA, 2015). A partir desse momento, a categoria profissional dos assistentes sociais, através de suas principais representações (CRESS, CFESS,

ABESS/ABEPSS), assumiu claramente uma perspectiva afinada com a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Foi neste período que observamos uma diversificação temática no campo da pesquisa em Serviço Social com a criação de “novos” campos de pesquisa no Serviço Social, sendo eles: A seguridade social pública e privada – assistência social, saúde, previdência – educação, infância e juventude; o Serviço Social nas relações de trabalho; formação profissional do assistente social; Serviço Social ante as relações de gênero e de etnia; dimensão ética da prática do assistente social; Serviço Social ante a política de habitação e saneamento; movimentos sociais rurais e urbanos na atualidade; prática do serviço Social junto à população idosa; desafios teórico-políticos do Serviço Social ante o neoliberalismo (IAMAMOTO, 2006).

O material produzido a partir deste período já se apresentava com uma postura crítica, a aproximação ao pensamento marxista já se evidenciava, com as produções com referências a Lukács e Gramsci.

Como apontam os autores José Fernando Siqueira da Silva e Maria Izabel da Silva (2015):

Trata-se de um período de inegáveis avanços para o Serviço Social, expressos nas produções científicas e nos programas de graduação e pós-graduação stricto sensu. Isto reafirmou o legado crítico de parte do movimento de reconceituação-renovação, adensado pelo contexto nacional de luta coletiva dos movimentos sociais em prol do processo de redemocratização política do país. Esse cenário fértil possibilitou gestar um projeto profissional crítico que se convencionou chamar de “projeto ético-político profissional”, como direção social estratégica. (SILVA; SILVA, 2015, p. 240.)

Os autores afirmam também que:

É nesse rico contexto que a pesquisa adquire clara importância na formação acadêmico-profissional dos assistentes sociais, estimulando a reconstrução da realidade inspirada na perspectiva de totalidade, redefinindo o papel dos instrumentos-técnicas e construindo respostas além da imediatividade cotidiana impregnada no trabalho profissional. Para tanto, é imprescindível a qualificação do assistente social, considerando o embasamento teórico, a disciplina intelectual, o rigor científico acadêmico e o trabalho profissional, fundados nos princípios norteadores da profissão conforme estabelecidos no Código de Ética do Serviço Social de 1993. (SILVA; SILVA, 2015, p. 240.)

Os autores trazem a importância e o espaço que a pesquisa ganha no interior do Serviço Social a partir do movimento de reconceitualização. Corroborando com a ideia, Netto (1999) nos atenta para a importância do aperfeiçoamento intelectual dos assistentes sociais. Segue o autor

[...] formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa (NETTO, 1999, p. 16).

Vale ressaltar que o Serviço Social se constituiu, no Brasil, vinculado ao surgimento da sociedade denominada moderna, isto é, na sociedade capitalista, já em sua fase monopolista, que inaugura e legitima o conhecimento científico, possibilitando condições específicas para a formação de profissionais com autoridade para apreender e explicar os complexos sociais. Pensando nisso, é possível compreender o que Netto (1999) está apontando como importante para a formação e atuação profissional dos assistentes sociais.

Traçando um paralelo com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996, é possível compreender:

O amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora. (Site: ABEPSS)

As Diretrizes Curriculares se configuram como paradigma de valores éticos e políticos para a Formação Profissional em Serviço Social, tendo em vista que expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para inserção profissional na realidade sócio-institucional (ABEPSS, 1996).

Deste modo, este documento que foi construído coletivamente por toda categoria se constitui como um marco histórico do Serviço Social Brasileiro, no que refere-se à proposta de Formação Profissional em consonância com o Projeto Ético

Político. Superando assim, o Currículo Mínimo de 1982, que de acordo com Moreira e Caputi:

[...] já trazia elementos em consonância com a direção social, ética, política e ideológica que o Serviço Social assume na cena contemporânea, a qual é oriunda e gestada pela categoria a partir do Movimento de Reconceituação e toma concretude com a perspectiva de intenção de ruptura a partir da década de 1980. (MOREIRA; CAPUTI, 2016, p. 105)

As autoras lembram que:

Nesse período sócio-histórico, a profissão estava num processo inicial de construção e fortalecimento ético-político e galgava em passos maiores no sentido de se robustecer nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, no compromisso e em sintonia com as lutas mais gerais da classe trabalhadora. (MOREIRA; CAPUTI, 2016, p. 105)

É possível, assim, compreender que a década de 1990 é marcante para o Serviço Social Brasileiro, sendo este o período que a profissão adquire condições éticas e políticas, como elementos fundamentais para a construção e organização política da categoria na defesa de um projeto de Formação Profissional atrelado a um projeto de profissão e também um projeto societário (MOREIRA; CAPUTI, 2016).

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com:

Capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Sendo essa a direção que o compromisso com a questão social e suas particularidades na realidade social, com o trabalho e com a ética, em uma perspectiva ontológica, se expressam em eixos transversais para a compreensão das diretrizes curriculares, categorias definidas em uma perspectiva crítica e dialética.

É importante lembrar, que as Diretrizes Curriculares de 1996 são constituídas ou melhor implementadas depois da construção do Projeto Ético-Político da Profissão em 1993. Maria Beatriz Costa Abramides sinaliza que:

Esse código superou algumas lacunas do de 1986, ao estabelecer sua dimensão histórico-ontológica, que formulou uma direção estratégica que se contrapôs à lógica do domínio do capital; reconheceu a liberdade como valor ético central e de autonomia, expansão e plena emancipação dos indivíduos sociais; contrapôs-se a todas as formas de preconceito e estabeleceu sua opção por um projeto profissional articulado a uma nova ordem societária, sem exploração, dominação e opressão social de classe, gênero, raça, etnia, faixa etária e orientação sexual. Os princípios do Código de Ética são norteadores da formação e do exercício profissional. (ABRAMIDES, 2016, p. 470.)

Sendo assim, é possível entender que o PEP (Projeto Ético-Político), é a expressão madura de consolidação da direção social da profissão que se deu no processo de efervescência da luta de classes no país, em que os profissionais estiveram organicamente ao lado da classe trabalhadora. As bases do PEP são, respectivamente, o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996.

Outro ponto importante de se salientar é que, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 refere-se ao exercício profissional, às competências e atribuições privativas dos assistentes sociais e dos Cress e do Conselho Federal - CFESS, na qualidade de órgãos fiscalizadores da profissão. (Abramides, 2016.) A autora também menciona:

[...] As competências profissionais direcionam-se fundamentalmente aos direitos civis, políticos e sociais, no atendimento aos sujeitos sociais de direitos. Para que os profissionais possam desenvolver o projeto ético-político, torna-se necessário estabelecer uma análise permanente da realidade que se constitui no solo histórico da formação e do exercício profissional. (ABRAMIDES, 2016, p. 471.)

Com isso podemos entender melhor as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e suas fundamentações. Ainda utilizando o que disse Abramides, para ela as Diretrizes curriculares são a:

Expressão de um debate articulado pela Abepss com as unidades acadêmicas para superar as lacunas do currículo de 1982. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases), em 1996, acabou com currículos e os substituiu por diretrizes, como parte da “flexibilização” prevista na contrarreforma da educação. Porém foram mantidos nos projetos curriculares os conteúdos definidos nos fóruns da Abepss, em que se reafirmou a profissão fundada no movimento da realidade, considerados o legado marxiano e a tradição marxista; a totalidade da teoria social de Marx; o trabalho como categoria fundante do ser social; a profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho; o assistente social como trabalhador coletivo em sua condição de assalariamento; a função social da

profissão; a articulação e a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas; unidade teoria e prática como práxis profissional e a articulação de seus núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional no projeto de formação. (ABRAMIDES, 2016, p. 472.)

Com isso, é possível entender que ao longo do processo de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social brasileiro se referenciou nos pressupostos do projeto profissional articulado ao projeto societário, seguindo na direção estratégica emancipatória pela qual suas entidades tem se orientado, com independência de classe e autonomia, e esse caminho é a possibilidade histórica de busca por uma sociedade igualitária e libertária.

Essa busca por uma sociedade igualitária e libertária também são fundamentos dos movimentos negros³ por direitos civis para a população negra presentes na sociedade. Desde o começo da escravização de pessoas negras trazidas à força de seu território, a África, pelo tráfico negreiro da época sempre existiram movimentos de resistência e busca por ruptura com o modelo econômico escravista vivenciado na época. Stuart Schwartz apresenta que:

Nas Américas, onde quer que a escravidão fosse uma instituição básica, o medo de revoltas de escravos e o problema dos escravos fugidos atormentou colonos e administradores coloniais. Essa resistência assumiu várias formas e expressou-se de diversas maneiras. Recalcitrância no dia-a-dia, diminuição do ritmo de trabalho e sabotagem foram provavelmente as formas de resistência mais comuns, enquanto autodestruição através do suicídio, infanticídio ou tentativas manifestas de vingança foram, em sentido pessoal, as atitudes mais extremas. (SCHAWRTZ, 1987)

Essas foram algumas maneiras que os escravizados encontraram de lutar por sua humanidade, a fim de garantir sua dignidade em meio a um sistema que os negava exatamente isso. No Brasil:

Os movimentos negros estiveram presentes durante séculos no Brasil, a população negra fora trazida pelos europeus como mão de obra escrava e o tratamento dado a eles era humilhante e desumano. Esse clima vivido pelos negros ocasionou tradicionalmente a fuga de escravos para lugares

³ No texto serão apresentados referenciais sobre os movimentos negros norte-americanos e brasileiros, ao longo do texto serão diferenciados. Aqui refere-se ao movimento negro de forma geral.

longínquos, esses lugares ficaram conhecidos como quilombos, sendo os principais movimentos assumidos pelos negros. (SILVA, 2013, p. 3)

Estes movimentos de fuga para os quilombos foram apenas uma das diversas estratégias de resistência que o povo preto encontrou para vencer a escravidão, sendo era uma das mais destacadas e importantes estratégias de sobrevivência, encontrada pelas pessoas escravizadas.

Isabel da Silva (2013) nos aponta que:

As manifestações do movimento negro no Brasil foram constantes durante o século XIX se destacaram a “Revolta dos Mâles” e o “Isabelismo” visto que ao ser abolido a escravidão, a luta por meio de atos violentos começaria a se reduzir, passando a ser utilizada a defesa de ideais e a luta pelo direito de ser tratado em igualdade com os demais grupos existentes no país. (SILVA, 2013)

Com esse histórico de luta e resistência o movimento negro foi se estabelecendo, buscando sempre superar o racismo. A partir do século XX, o movimento negro passou a se organizar de forma mais institucionalizada e lutar ainda mais para assegurar a garantia de direitos da população negra. Se vendo diante de teorias que visavam o fim da população negra, através do embranquecimento da população e da lenda da democracia racial, no ano de 1931, o movimento negro organizou a primeira organização institucional negra, a Frente Negra Brasileira (FNB). Como nos atenta Gomes (2021):

Antes da Frente Negra Brasileira existiam clubes, associações recreativas e jornais negros, mas o ativismo desse coletivo foi pioneiro no país. A FNB é um marco da resistência negra. Os membros da FNB impuseram-se na sociedade da época, reivindicando a participação política de negros e denunciando os preconceitos em razão da cor — o que era minorizado pela sociedade da época que propagava a inexistência desse tipo de desigualdade no miscigenado Brasil —. (GOMES, p. 26, 2021)

A Frente Negra Brasileira foi um marco para movimento negro, considerando o período histórico ao qual estava inserido, reivindicar a participação política dos negros era algo fundamental para a garantia da cidadania destas pessoas.

Algo importante de evidenciar é que o golpe de 64 implicaria na desarticulação das elites intelectuais negras, de um lado, e no processo de integração das entidades de massa numa perspectiva capitalista, de outro (GONZALEZ, 1982, p. 27). Logo, na

ditadura militar, houve uma tentativa de desmonte das entidades negras (GOMES, 2021, p. 27). Sendo necessário a reorganização, dado o cenário político de repressão.

Silva aponta que:

Com o Golpe Militar em 1964, ocorreu uma oposição entre o discurso de democracia racial e os interesses da militância negra. Diante do contexto internacional de aproximação do protesto racial negro e a propostas revolucionárias, como os movimentos de independência em Angola e em Moçambique e a luta armada dos Panteras Negras nos Estados Unidos, os militares passaram a ver os movimentos negros como um objeto de manipulação dos comunistas e a questão racial como uma pauta com potencial subversivo (SILVA, 2017, p. 33-35).

Este passa a ser então um período de “reestruturação” do movimento negro brasileiro necessário frente ao novo cenário político que se apresentava.

Considerando as novas faces do governo e suas novas formas de agir perante movimentações que denunciassem situações de violência ou violação dos direitos humanos, o movimento negro brasileiro precisou rearticular estratégias. Se era um período de forte repressão para a população branca revolucionária, para as populações que outrora foram consideradas sem humanidade⁴, não se tem documentos ou dados⁵ suficientes que demonstrem o que aconteceu neste período nebuloso da história do país.

Hanchard (2001) relata que:

Durante as décadas de 1970 e 1980, os afro-brasileiros que impregnaram suas atividades expressivas de um protesto e uma condenação explícitos da situação dos negros na sociedade brasileira foram frequentemente censurados, em termos formais ou informais, por elites que viam tais acusações como uma afronta ao caráter nacional. (HANCHARD, 2001, p. 7)

As décadas de 1970 e 1980 foram momentos onde a população afro-brasileira compartilhou com toda população brasileira o sentimento de ser refém de uma mesma situação de injustiça. (SILVA, 2013)

A autora Isabel da Silva evidencia que:

⁴ População negra e indígenas não eram vistos como pessoas segundas teorias racialistas.

⁵ A queima de arquivos durante a ditadura civil militar no Brasil e as leis de sigilo sobre diversos documentos dificultam o acesso à história deste período.

Politicamente falando o movimento negro surgiu em sete de julho de 1978 quando realizou um ato público organizado na cidade de São Paulo, este ato foi um protesto contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros ocorridas no Clube de Regatas Tietê. Durante este movimento deu-se início ao movimento negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU), este dia foi tão importante para causa que posteriormente ficou conhecido como o Dia Nacional de Luta Contra o Racismo. (SILVA, 2013)

Com isso, o movimento negro passa a ser “guiado” pelo MNU (Movimento Negro Unificado), e suas pautas passam a ser integradas a uma agenda de luta pelo direitos civis da população negra brasileira. Em 1984, cria-se o primeiro órgão governamental a apoiar os movimentos sociais afro-brasileiros, este órgão era o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, implantado pelo governador do estado de São Paulo, Franco Montoro. (SILVA, 2013) A autora nos aponta também que:

O papel deste Conselho para o movimento negro foi importantíssimo, visto que ele indicou um representante da comunidade negra para compor a Comissão Arinos que, futuramente, qualificou como crime a discriminação racial na Constituição Federal Brasileira de 1988. (SILVA, 2013)

Este foi um avanço para o movimento negro, fruto da luta coletiva de pessoas comprometidas com a garantia dos direitos a esta população, e é também um importante marco para o movimento a qualificação de crime atos discriminatórios contra pessoas negras. Por mais que saibamos nos dias de hoje que esta lei não inibiu atos racistas contra o povo preto brasileiro.

Segundo Nelma Monteiro (2012):

Os movimentos negros das décadas de 1970 e 1980, ao colocarem em suas agendas as denúncias de racismo institucional, de racismo à moda brasileira e da farsa da democracia racial, demarcaram um campo de força política imprescindível na conquista por direitos civis, políticos e materiais. Apesar do período de repressão militar, surgiu em São Paulo o movimento negro Unificado (MNU) contra o Racismo – uma reação à ideologia dos militares que apregoavam e sustentavam a existência da democracia racial no Brasil. No final da década de 1980, foi inequívoco o avanço dos movimentos negros em seu projeto político de denúncia do racismo institucional. É preciso lembrar a inegável contribuição desses segmentos que, com suas diferentes correntes e tendências, vêm contribuindo na construção de políticas afirmativas de valorização da população negra. (MONTEIRO, 2012)

Baseando-se nos fatos citados acima por Nelma Monteiro compreendemos que devemos nos empenhar para resgatar a memória do povo negro, dando ênfase à

pesquisa, pois só através do conhecimento a educação poderá proporcionar condições de compreensão e reflexão acerca deste assunto que envolve a sociedade brasileira como um todo. Assim como prega o Serviço Social a respeito da sua construção histórica, é de extrema importância que na formação do Serviço Social sejam vistos todas as correntes que constroem e/ou já construíram o pensamento e atuação profissional do/a assistente social. A história, bem como, a teoria produzida e difundida por essa parcela da população também merece atenção e uso.

É possível ainda, evidenciar semelhanças entre as lutas travadas pelos movimentos negros⁶ no período da ditadura civil militar no Brasil, com a necessidade do movimento de ruptura vivido pelo Serviço Social brasileiro, neste mesmo período. Compreendendo que cada movimento teve suas necessidades e especificidades para ir à luta, mas tiveram seus frutos plantados e colhidos pela luta coletiva, a fim de superar o governo golpista e o sistema capitalista posto na época.

A seguir o texto abordará mais especificamente a relação da interseccionalidade, conceito criado e descrito por mulheres negras norte-americanas, com o Serviço Social. Vale ressaltar que neste capítulo a autora se deteve nos acontecimentos do período da ditadura militar brasileira, a fim de se traçar um paralelo lógico com o movimento de reconceituação brasileiro. Entretanto, as teorias da interseccionalidade são oriundas, não exclusivas, do movimento de mulheres negras dos Estados Unidos.

2.3 Interseccionalidade: Conceitos e entendimentos

A interseccionalidade é um conceito descrito pela primeira vez pela intelectual afro-americana Kimberlé Crenshaw, no artigo “*Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*”, de 1991. Referindo-se à necessidade de se compreender as sobreposições entre raça e gênero, Crenshaw apresenta o conceito de interseccionalidade, a fim de que fosse possível analisar adequadamente certas formas de discriminação que as teorias elaboradas na época não abarcavam por completo.

⁶ Aqui compreendemos que existiam e existem movimentos negros para além da MNU. Sendo este um movimento unificado e não único.

A autora trouxe luz especialmente à questão da mulher negra, a qual afirma ser oprimida não simplesmente como mulher, mas concomitante ao fator racial, por ser uma mulher negra. Elucidando, assim, a interseccionalidade, ao tratar do machismo e do racismo de forma interligada e sobreposta, considerando que existe, de um lado, a “experiência da mulher”, e, de outro, a “experiência negra” (CRENSHAW, 1991, p. 140).

Patrícia Hill Collins, socióloga afro-americana e estudiosa do tema da interseccionalidade, afirma em seu artigo “*Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*”, que a contribuição de Kimberlé Crenshaw ao cunhar pela primeira vez o conceito de interseccionalidade se mostra por: “Crenshaw é clara está claramente defendendo a interseccionalidade como uma construção de justiça social, e não como uma teoria da verdade desvinculada das preocupações de justiça social” (COLLINS, 2017, p. 12).

A autora pontua, ainda, que apesar de ter sido Crenshaw a responsável por introduzir o tema à academia, outras mulheres negras já realizam essa discussão e adotam a prática interseccional em suas articulações políticas. No trabalho mencionado, Crenshaw identifica diversas ideias sobre interseccionalidade e apresenta a inter-relação entre os limites estruturais e simbólicos no desenvolvimento da interseccionalidade como projeto de conhecimento. Inova ao partir da experiência de mulheres não-brancas, observando como as hierarquias de poder afetam concomitantemente tais mulheres (COLLINS, 2017, p. 10-11).

Para Patrícia Hill Collins, em seu livro “*Intersectionality as Critical Social Theory*”, traduzido para o português como “*Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*”, a:

A interseccionalidade não é um campo que pretenda explicar ou manter a ordem social; ao contrário, almeja criticá-la e transformá-la, haja vista que o racismo, o sexismo e correlatos são fundamentalmente injustos. Ao reivindicar o conhecimento sobre - mas também o conhecimento produzido por - aquelas populações que estão na base da estrutura, a interseccionalidade examina como as experiências particulares e os pontos de vista por elas gerados proporcionam caminhos múltiplos para abordar questões que são universais, tais como as da igualdade e da justiça. (COLLINS, 2019).

Collins nos auxilia na compreensão da importância da interseccionalidade como ferramenta analítica para a crítica e transformação social, a fim da conquista por justiça social dos grupos envolvidos em tal transformação.

Em “*Intersectionality*”, escrito por Collins e Sirma Bilge, traduzido para o português como “*Interseccionalidade*”, as autoras refletem que: “[...] o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais.” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 20).

Ainda de acordo com as autoras, pode se afirmar que:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras- são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 17).

No trecho acima, as autoras abordam que as relações interseccionais de poder influenciam nas relações sociais e a interseccionalidade pode ser compreendida como uma forma de entender e explicar as experiências humanas.

Winnie Bueno (2019), nos atenta:

Também podemos compreender a interseccionalidade enquanto perspectiva, enquanto conceito e enquanto método. Ou seja, há inúmeras construções a respeito de interseccionalidade, e reduzi-la a ideia de uma vertente feminista ou a partir de uma noção que compreende a interseccionalidade como uma forma de identificar como as opressões se aprofundam em determinadas experiências é reduzir o potencial político e crítico que a interseccionalidade apresenta. (BUENO, 2019)

Winnie Bueno (2019) nos mostra a importância e versatilidade do uso da interseccionalidade, compreendendo que não se deve reduzir a interseccionalidade apenas a questões feministas, é importante transcender este prisma e analisar seu potencial político e crítico, como a autora trouxe no trecho citado.

Patricia Hiil Collins lança luz também sobre a questão do acesso de mulheres negras aos espaços de ensino, afirmando que: “O acesso a carreiras acadêmicas

permitiu que mulheres afro-americanas politicamente ativas trouxessem as ideias políticas do feminismo negro para os estudos de raça/classe/gênero” (COLLINS, 2017, p. 9).

Nesse sentido, evidencia a importância da presença de mulheres negras em espaços acadêmicos, a fim de se produzir teorias a partir de outras experiências, narrativas e compreensões.

Crenshaw, apresenta, ainda, como alternativa de *o quê e como fazer*⁷ com a interseccionalidade, afirmando: “Precisamos reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional” (CRENSHAW, 2002, p.15). Portanto, há a necessidade de se compreender e utilizar da interseccionalidade como ferramenta analítica e metodologia de ação. Deixando de lado o uso de lentes monofocais para abordar as desigualdades sociais (COLLINS; BILGE, 2020, p. 17).

Dessa forma, evidencia-se a importância da interseccionalidade na análise e na compreensão dos problemas complexos que a sociedade apresenta, bem como, fica explícito que a interseccionalidade surge de uma busca por justiça social, sendo este, um dos focos e objetivos de ação do Serviço Social. O tema se mostra passível de atenção, para que se compreenda de qual justiça social tal grupo reivindica e o porquê. Bem como, a fim de que se quebre a corrente que condiciona a população negra ao silêncio e invisibilidade dentro das instituições acadêmicas e espaços de publicação científica, em outras palavras, o tema se mostra de passível atenção a fim de combater o epistemicídio (Carneiro, 2005) sofrido por produções negras.

Saffioti (2004) expõem que o patriarcado e o capital se unem para formar um arcabouço ideológico e cultural para o aumento da dominação-exploração na articulação entre classe-gênero-raça. Dessa forma, a vida da mulher negra está imbricada nessa tripla discriminação como aborda Sueli Carneiro (2001). Angela Davis em seu livro “Mulheres, raça e classe” explica sobre a importância da interseccionalidade de gênero, raça e classe para compreender a opressão em que a mulher negra está imbricada com o objetivo de estruturar ações pelo Estado para o enfrentamento dessas desigualdades. Dessa maneira, o Serviço Social, precisa estar

⁷ No artigo “A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”, Kimberlé Crenshaw apresenta a sua visão sobre o que se deve ser feito acerca da questão das mulheres negras e do uso da interseccionalidade.

atento a esta configuração e expressão da Questão Social que incide sobre as mulheres, especificamente as mulheres negras.

O texto apresentará a concepção da questão social e a sua importância para o Serviço Social, traçando um paralelo com o que diz a interseccionalidade.

A Questão Social, como é conhecida e trabalhada no Serviço Social, surgiu no século XIX em meio a um contexto de desordem, contradição e insatisfação, por meio do desenvolvimento desigual de riquezas. Isso culminou no reconhecimento da divisão entre classes sociais, através da relação capital-trabalho.

Esse processo de desenvolvimento desigual, em relação ao trabalho, gera um aprisionamento à lógica de acumulação do capital, que se sustenta na privação do produto do trabalho resultante da produção coletiva, chegando assim na questão social.

Como afirma Pereira (2001, p. 59), a “questão social”:

[...] indica, [...], a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos e antagônicos [...], na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. Foi com essa caracterização que a questão social surgiu na Europa no século XIX. [...] Por isso, a questão social é, de fato, particular e histórica.

Dessa forma, a “questão social” exige uma necessária compreensão da questão capital-trabalho, bem como, mediações para entendê-la em um contexto de transformações, a fim de decodificar suas novas expressões.

Segundo Marilda lamamoto (2008, p. 156), “[...] a sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”.

Ainda em concordância com lamamoto (1999, p. 27), podemos definir que:

[..] a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Entretanto, a lógica de acumulação de capital e de apropriação não se limita apenas ao fator econômico. Ela reflete também nas relações e representações

sociais, sendo assim afeta os campos sociocultural, político e ideológico. Ou seja, assim como a interseccionalidade, a questão social é formada por um conjunto complexo de elementos referentes à questão social. Tratam-se de elementos que constituem a hegemonia da lógica de acumulação do capital, a luta de classes, o pauperismo e os problemas sociais.

No Brasil, a questão social emerge entre a década de 30 e 40, período em que se vivia um processo de desorganização dos poucos sindicatos e o começo de um novo modelo econômico no país. Por conseguinte, “[...] ao mesmo tempo, trata-se do surgimento do Serviço Social brasileiro que tem na nossa questão social sua base sócio-histórica de fundação” (CARVALHO; IAMAMOTO, 1982, NETO, 1992). Netto (1992) compreende que a questão social é legitimada no Brasil, sob um ponto de vista histórico-social, somente no século XX, através do protagonismo dos trabalhadores na fase do capitalismo maduro.

Entretanto, sem deixar de lado a perspectiva do materialismo histórico dialético, Silva (2008), embasada na compreensão de Octávio Ianni, entende que a questão social se deu, no Brasil, ainda que de forma latente, no período colonial. Visto que durante o período colonial é possível encontrar as raízes das desigualdades existentes em nossa sociedade até a contemporaneidade.

Segundo Iamamoto (2012, p. 160), ao apontar como um conjunto de desigualdades econômicas, políticas e ideoculturais, “mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. Logo, a autora destaca as diferentes causas de vulnerabilizações que leva à discussão acerca do acesso a direitos e dignidade de diversos estratos da sociedade.

Dessa forma, cabe salientar que o racismo é compreendido como uma das expressões da questão social, tendo em vista que afeta a maioria da população brasileira. Sendo assim, se faz necessário o enfrentamento dessa forma de discriminação para que se tenha uma sociedade verdadeiramente equânime e justa.

Segundo os autores Patrício, Sousa e Cavalcante (2013), “Faz-se importante elucidar que a Abolição da escravidão em 1888, não gerou processos emancipatórios, nem tampouco incitou ou legitimou o reconhecimento da cidadania da população

negra.” Isso porque não houve uma ruptura com os processos de exploração e opressão decorrentes da escravidão.

Ainda em concordância com o pensamento dos autores:

Este entendimento acerca da questão social, nos leva a compreensão de que os processos exploratórios expressos na base da produção colonial fomentaram desigualdades sociais, econômicas e culturais para a população indígena e negra que, por sua vez, se mantém presentes até a contemporaneidade (PATRICIO; SOUSA; CAVALCANTE, 2013, p. 350).

É possível, assim, compreender de que forma o racismo se apresenta como uma das expressões da questão social. A discriminação está presente na sociedade desde o período colonial brasileiro, até a contemporaneidade. A abolição não rompeu com os grilhões, sendo as hierarquias fundadas na desigualdade racial, de gênero, de classe e outras categorias de opressão ainda perpetuadoras de desigualdade.

Conforme as ideias e conceitos apresentados, o objetivo de analisar os trabalhos acadêmicos que se utilizam do método interseccional e abordam questões que tangem o Serviço Social. Se apresentando como necessário para que se compreenda o entendimento das autoras e autores acerca do racismo, do machismo, e da questão social de modo geral, que afeta as minorias sociais no Rio Grande do Sul. A presente pesquisa, busca localizar e evidenciar o que se está sendo produzido acerca da interseccionalidade e do Serviço Social no Rio Grande do Sul, onde está presente a menor parcela da população negra do Brasil, e se tem uma das maiores taxas de crimes como racismo e injúria racial.

A seguir, veremos a apresentação dos dados da revisão bibliográfica e pesquisa em bancos de dados.

3. Análise de dados: afinal de contas a interseccionalidade cabe aqui?

3.1 Percurso metodológico

As inquietações acerca do tema da pesquisa se fazem presentes desde o início da graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria. Já tendo a informação de que, no Estado do Rio Grande do Sul, a população autodeclarada negra

soma apenas 24,3% dos habitantes do estado, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características Gerais dos Moradores (PNAD). A taxa de analfabetismo entre a população negra gaúcha, chega a 9,5%; e os jovens negros gaúchos têm 1,7% mais chances de morrer do que jovens brancos no estado (BRASIL, 2015). O racismo estrutural⁸ demonstra ser um dos principais motivos desses dados alarmantes sobre a população negra.

Compreendendo isso, e com base em leituras de teóricas negras que se debruçam sob o tema do feminismo negro e da interseccionalidade como sendo uma ferramenta analítica, surgiram as primeiras inquietações que impulsionaram a elaboração deste projeto de pesquisa, como evidenciado nos aspectos introdutórios. Observando os princípios da formação profissional das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1999), que assegura o: “Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais.” Começaram a surgir inquietações acerca de onde estava as publicações que se valiam de teorias elaboradas por pessoas negras, para além de se pensar nas consequências do racismo e do machismo, na vida desta população.

Por isso, falar sobre o uso da interseccionalidade como uma ferramenta se faz importante. Para que se combata o epistemicídio (Carneiro, 2005) de produções negras, que Sueli Carneiro descreve como:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender (CARNEIRO, p. 97, 2005.).

E assim, possa se utilizar de teorias sociais críticas que advém desta população tão subalternizada, avançando e validando a ideia de que pessoas negras produzem conhecimentos relevantes a cerca de diversas tematiccas, criando assim

⁸ Entende-se racismo estrutural como apresentado por Silvio Almeida: “[...] o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (2017, p. 39)

um movimento contra corrente em relação a deslegitimação e rebaixamento do negro enquanto intelectual.

A partir das questões levantadas nos dois capítulos anteriores, serão analisadas as produções científicas do Serviço Social no repositório da Universidade Federal de Santa Maria, buscando compreender em que medida tais produções apresentam uma análise crítica sobre o conceito da interseccionalidade e sua usabilidade como ferramenta analítica para o Serviço Social. Salienta-se que o objetivo inicial desta pesquisa era analisar o uso da interseccionalidade no Serviço Social de forma geral no Brasil, entretanto considerando o tempo disponível para esta pesquisa e alguns, a pesquisa se dirigiu para uma análise mais específica da realidade das produções acadêmicas do curso de Serviço Social no curso da Universidade Federal de Santa Maria.

Portanto, serão percebidos o uso de palavras-chaves durante a apresentação dos dados que não estarão mais sendo consideradas de forma integral nesta pesquisa, mas que fizeram parte da construção e obtenção dos resultados da mesma.

Retomando que esse trabalho baseou-se nos fundamentos da Teoria Social de Marx e, os resultados alcançados e apresentados serão baseados no Materialismo Histórico Dialético que tem como essência “a teoria como um movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado no plano ideal” (NETTO, 2009, p.8), compreendendo esse plano inscrito em uma totalidade histórica da sociedade capitalista e multideterminada repleta de contradições, pois se constituem no âmbito da luta de classes, interesses antagônicos e que passa por transformações.

Para Netto (2009), no método de pesquisa de Marx, para se compreender a realidade são necessárias aproximações sucessivas ao seu objeto, partindo de um conhecimento teórico que visa alcançar a essência do objeto. Utilizando como fonte de dados do repositório da biblioteca da UFSM a análise dos dados neste capítulo tem por objetivo discutir o uso da interseccionalidade como um conceito dentro de produções acadêmicas do curso de Serviço Social da UFSM.

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa de caráter documental e de cunho exploratório, ou seja, através de um “método de investigação que emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de

coleta e análise de dados” (CRESWELL, 2007, p.184), pois esta se adéqua com maior propriedade para o objetivo ser atingido.

A presente pesquisa foi composta das seguintes etapas:

- Levantamento bibliográfico sobre: Serviço Social; interseccionalidade; e Racismo, nas principais revistas do Serviço Social no Brasil. Com o objetivo de buscar literatura acerca do tema, para conhecer a realidade deste campo, como também conceitos importantes, e principais desafios;
- Em seguida, foi feita a mesma pesquisa, mas agora considerado apenas as palavras chaves: Serviço Social e Interseccionalidade, dentro do repositório da Universidade Federal de Santa Maria e foram selecionados artigos que continham no seu título as palavras chaves: Interseccionalidade. Aqui precisamos retirar o “Serviço Social”.
- Depois de levantados os trabalhos a partir dos conceitos-chave acima, foram lidos os resumos de cada artigo pré-selecionado, com o intuito de analisar se o contexto abordado se aproximaria com o objetivo desta pesquisa;
- Por fim, foi realizada leitura e análise dos dados obtidos com o objetivo de refletir sobre a produção desse tema dentro do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria.

3.2 Apresentação dos dados: uma leitura da realidade

No início desta pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos com o uso das palavras-chaves: Serviço Social; interseccionalidade; e racismo, nas principais revistas do Serviço Social brasileiro.

Cabe observar a produção acadêmica a respeito do racismo e da interseccionalidade no Serviço Social. Ao fazer um levantamento no periódico CAPES nas revistas A1 e A2, utilizando as palavras-chaves “racismo” e “interseccionalidade” obtivemos os seguintes resultados: na busca por “racismo”, 21.044 resultados; já ao procurar por “interseccionalidade” 3.135 resultados. Aplicando um filtro nas buscas, adicionando ao campo de pesquisa a palavra-chave “Rio Grande do Sul”, os resultados demonstraram uma queda na publicação.

Dessa maneira, ao somar os resultados de ambas as pesquisas, “racismo e Rio Grande do Sul” e “interseccionalidade e Rio Grande do Sul”, obtivemos 252 resultados. Esses dados se apresentam como sendo fruto da resposta do racismo estrutural e institucional. Silvio Almeida (2018) caracteriza o racismo estrutural como sendo:

uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” como se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. (pg. 38)

E racismo institucional:

Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios. (pg 29)

Com esta conceituação segundo Silvio Almeida (2018) fica mais evidente o ponto aqui levantado. O resultado deste levantamento bibliográfico se dá pois as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um dos seus componentes orgânicos (Almeida, 2018). Assim, o baixo número de produções acadêmicas acerca dos temas procurados, é fruto desta materialização das instituições dentro de uma sociedade que tem em sua base o racismo como pilar fundante. Os resultados também demonstram que a racialização das pesquisas é algo mais recente e que, possivelmente, possui como fator impulsionador a maior presença de estudantes negros/negras nas universidades.

Considerando a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que prevê a reserva de vagas em instituições federais de educação superior, a distribuição das vagas da cota racial e de deficiência é estabelecida a partir da proporção de negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, de cada estado onde está situada a instituição

federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como consta no site do Senado Federal.

Com a execução desta lei, foi possível perceber um aumento significativo da na porcentagem de estudantes negros nas universidades federais. De acordo com a pesquisa "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", do IBGE, o número de matrículas de estudantes pretos e pardos nas universidades e faculdades públicas no Brasil ultrapassou pela primeira vez o de brancos em 2018, totalizando 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública. Apesar de maioria, esse grupo permanecia sub-representado já que correspondia a 55,8% da população brasileira. (Agência Senado, 2022)

Uma vez que o Serviço Social atua diretamente com a população negra, por meio de sua atuação prática profissional, na formulação de políticas públicas e/ou em pesquisas científicas que abordam o tema, é de suma importância analisar como vem sendo incorporada a pauta racial aos debates científicos na área em questão. Com base no Código de Ética do/a Assistente Social, podemos confirmar o compromisso dos profissionais da área de serviço social com a temática étnico racial e a garantia dos direitos da população negra.

Uso de exemplo 3 princípios do Código de Ética do/a Assistente Social, que corroboram com o a ideia, são eles:

V - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII – Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual (BRASIL, 1993, p. 24-25).

Conforme os dados apresentados e o compromisso ético do serviço social para com a questão social e as suas expressões, busca-se, neste trabalho, evidenciar a questão racial, de gênero e de classe, compreendendo a interseparabilidade do racismo, do capitalismo e do hétero patriarcado, sob a ótica analítica da inteseccionalidade.

Busca-se também priorizar a utilização de autoras e autores negras e negros, sobretudo no que tange à temática da interseccionalidade, a fim de dar luz aos

conhecimentos produzidos por esta parcela fundamental da estrutura social brasileira. Os estudos sobre interseccionalidade se relacionam à Justiça Social (COLLINS, 2017), podendo, assim, contribuir para a formação acadêmica e para os trabalhos científicos do Serviço Social.

Ademais, compreende-se que a educação quando relacionada ao Movimento Negro é educadora (GOMES, 2017). Por isso, a utilização da interseccionalidade como categoria analítica na academia desperta para o aperfeiçoamento das práticas profissionais do/da assistente social e para a elaboração e avaliação de políticas públicas voltadas a essa população.

A seguir veremos o resultado da pesquisa das palavras chaves "Serviço Social e Interseccionalidade" no repositório da Universidade Federal de Santa Maria.

Quadro 2- Pesquisas realizadas com nas palavras chaves "interseccionalidade e Serviço Social" da interseccionalidade no repositório digital da UFSM:

Rubia Gehlen, 2019	Mulheres venezuelanas refugiadas em contexto de mobilidade e reterritorialização: violências, vulnerabilidades e interseccionalidade	Enfermagem
Fernanda Arispe, 2019	Reinventando horizontes: uma análise sócio antropológica do processo de proposição do projeto de vida de jovens negras de Santa Maria/RS	Ciências Sociais
Louise da Silveira, 2020	Feminilidades negras: um estudo de relações espaciais paradoxais	Geografia

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2022.

Considerando que nenhum dos trabalhos encontrados são oriundos do curso de Serviço Social, não será apresentada análise dos dados obtidos nas pesquisas, apenas consideramos o fato do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica também para outras áreas do conhecimento científico.

Entretanto, pesquisando entre os 89 títulos disponíveis na sessão “TCC Serviço Social”, deste repositório, a fim de encontrar qual a discussão acerca da questão racial, foi encontrado o trabalho intitulado “A senzala ainda existe: o sistema carcerário como mecanismo de punição e segregação da população negra e pobre no Brasil”, de autoria de Laura dos Santos Schutz no ano de 2020. O trabalho chamou a atenção para análise por trazer no título duas categorias interseccionais (raça e classe), sendo uma delas a negritude, que é também parte importante deste trabalho. Importante ressaltar que o trabalho não está apresentado no “Quadro 2”, pois não foi através da busca realizada com as palavras chaves que o mesmo foi encontrado. Na pesquisa, a autora afirmar que seu trabalho:

É inspirado no materialismo histórico-dialético crítico de Marx e possui a interseccionalidade de gênero, raça e classe de Crenshaw como categoria temática de análise e sustentação da totalidade do sistema carcerário brasileiro. [...] O Serviço Social ainda está muito distante das discussões sobre as relações étnico-raciais no Brasil, como pouco ainda é debatido sobre o sistema de justiça criminal e as consequências das prisões. Acredita-se no debate sobre as temáticas, a fim de desmistificar um dos espaços que mais segregam essas populações para que obtenha uma mudança societária. (SCHUTZ, 2020, p. 5)

Com a descrição dos métodos utilizados para a compreensão dos dados analisados pela autora, a pesquisa segue sua construção de análise evidenciando de que forma o racismo estrutural e a pobreza condicionam jovens negros a criminalidade, e de que forma o Estado tem seu papel nisso. Bem como, apresenta também o papel que o Serviço Social tem neste cenário crítico dirigido à população jovem negra e periférica. A pesquisa demonstra que:

Os quantitativos que analisam raça/cor da população encarcerada, é composto por 35,48% de pessoas brancas, 46,27% de pessoas pardas, 17,37% de pessoas pretas, 0,67% de pessoas amarelas e 0,22% de pessoas indígenas. Já no contexto da população total do Brasil, aparecem apenas os dados das populações preta, parda e branca, sendo assim: 46,8% de pessoas pardas, 46,6% de pessoas brancas e 8,6% de pessoas pretas. Conclui-se, novamente, que o número de pessoas negras é majoritário no sistema carcerário, como na população geral do Brasil. Fica ainda mais evidente a função das prisões analisando a partir destes dados. As prisões nada mais são do que instituições reclusas da sociedade que foram criadas para que essa população pudesse ocupar. Contudo, entendem-se como um espaço

criado para essas populações marginalizadas, já que não obtiveram as oportunidades garantidas no pós-abolição, conseqüentemente, não haveria meritocracia cabível que sustentasse diversas pessoas à mercê. (SCHUTZ, 2020, p. 36-37)

Sendo assim, é possível compreender de que forma estas categorias interseccionais, raça e classe, são fundamentais no encarceramento em massa que ocorre hoje no Brasil.

Com esta pesquisa, foi possível identificar que já havia produções do curso de Serviço Social da UFSM que se utilizavam do método da interseccionalidade para compor suas análises, evidenciando que a interseccionalidade como uma ferramenta analítica contribui para a compreensão da realidade que se apresenta ao assistente social. Evidenciando a relevância da apreensão sobre o método da interseccionalidade.

O fato deste trabalho não ter sido localizado na primeira busca, acredita-se que se deu por conta de as palavras-chave do trabalho citado serem diferentes das pesquisadas no repositório. Com isso, pode-se destacar que os resultados apresentados na busca feita no repositório da UFSM não necessariamente indicam a ausência de abordagem do tema, mas que talvez haja uma sistematização de acordo com as palavras-chaves escolhidas, que não remete quem pesquisa aos trabalhos que versam sobre a temática. Por isso, a importância de quem pesquisa selecionar as palavras-chave adequadas e de estudantes participarem de grupos de pesquisa, eventos acadêmicos e espaços de compartilhamento de informações, para que se divulguem ideias.

Pensando na Lei 11.645 de 10 de Março de 2008, que prevê o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em instituições de ensino fundamental, e considerando sua importância visto o apagamento histórico que a população negra e indígena sofrem dentro do ensino brasileiro.

Bem como, se valendo do Código de Ética do/a Assistente Social (2012), especialmente de seu princípio sétimo, onde afirma a “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;”.

Evidenciando o “compromisso com o constante aprimoramento intelectual”, observando também o que prevê a Lei 11.645 de 2008, e superando o ponto de se

restringir apenas ao ensino fundamental, mas considerando a importância de se estudar as questões étnico-raciais brasileiras a fim de que se compreenda a história da maior parcela desta população, bem como de seus povos originários.

E analisando a grade curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, podemos observar que, o curso de Serviço Social oferta a disciplina de “Exclusão Social e Relações Étnico-Raciais” para o 8º semestre do curso como sendo uma disciplina obrigatória, é um dos únicos cursos de Serviço Social a dispor de uma cadeira específica sobre o tema étnico-racial no país.

É possível assim, observar o compromisso firmado e executado pelos assistentes sociais e professores, do curso de Serviço Social da UFSM com a questão étnico racial.

A disciplina acima referida, de “Exclusão Social e Relações Étnico-Raciais” conta com a sua programática dividida em duas unidades, sendo elas:

UNIDADE 1 - A ETNICIDADE NO PAÍS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
CORRESPONDENTES

1.1 - Definições sobre identidade étnica

1.2 - Definições de exclusão social

1.3 - A etnicidade no país e as políticas públicas correspondentes

UNIDADE 2 - ETNICIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

2.1 - Da relação entre etnicidade e exclusão social

2.2 - Conexões entre etnicidade e exclusão social. (Site do curso de Serviço Social)

Analisando o programa para a disciplina fica nítido que o objetivo da disciplina se baseia em abordar o racismo como construtor de desigualdades na sociedade capitalista. Observando também as bibliografias básicas da disciplina isso fica ainda mais evidente. Sendo as bibliografias básicas: “Atlas da exclusão social no Brasil” (AMORIM, R.; POCHMANN, M.), “Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional” (BALSA, C. M.; BONETTI, L. W.; SOULET, M. H.) e “12 faces do Preconceito” (PINSKY, J). É possível perceber que não se busca apresentar teorias advindas de pessoas negras a respeito das consequências do racismo, assim como, não se busca apresentar o que estes intelectuais discutem a

respeito de estratégias para superar o racismo, seja ele estrutural, institucional ou de caráter pessoal. Destaco duas obras, as quais considero deveras importante: O lugar do negro, de Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg; Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil, de Sueli Carneiro.

Observa-se assim que, apenas com uma cadeira não é possível dar conta de uma história de luta e resistência que foi construída por mais de meio século. Assim como também fica um déficit na discussão acerca do que produzem teóricos negros e quais suas visões e contribuições para as mais variadas áreas de conhecimento. Considerando as 37 disciplinas obrigatórias do curso de Serviço Social, que somadas totalizam 2.460 horas de formação básica e específica, a grade curricular contar com apenas uma cadeira demonstra insuficiência teórica acerca do tema étnico-racial.

Bell Hooks (2019), em seu livro: “Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra”, fazendo uma reflexão acerca do ensino do feminismo nas universidades dos Estados Unidos, diz:

Não há programas de alfabetização aqui que também eduquem para a consciência crítica. Concomitantemente, quase sempre se assume que aqueles que possuem o privilégio da educação universitária não precisam de uma educação para a consciência crítica. Isso é um grave erro. Nenhuma mudança radical, nenhuma transformação revolucionária poderá ocorrer nesta sociedade - nesta cultura de dominação - se nos recusarmos a reconhecer a necessidade de radicalizar a consciência em conjunto com a resistência política e coletiva. Quando falo sobre radicalizar a consciência, penso na palavra *conscientização*,⁹ que implica muito mais do que a mera adoção de slogans politicamente corretos ou o apoio a causas politicamente corretas. Nós devemos antever a universidade como sendo um lugar central para a luta revolucionária, um lugar onde podemos trabalhar para educar para a consciência crítica, onde podemos ter uma pedagogia da libertação. (HOOKS, 2019, p. 79)

Concordando com a autora e traçando um paralelo com a análise da grade curricular do curso de Serviço Social da UFSM, referente a questões étnico-raciais, é preciso radicalizar a consciência, trazendo a conscientização para a produção intelectual de mulheres negras, bem como demais pessoas pertencentes a grupos silenciados e invisibilizados pelo sistema patriarcal- capitalista-branco a qual estamos submetidos, e a qual se insere a profissão do/a assistente social.

⁹ Grifo da autora.

4. Considerações finais

Este trabalho buscou problematizar a relação do Serviço Social com o uso de ferramentas analíticas que extrapolam as já apresentadas e trabalhadas pelos profissionais e pesquisadores do Serviço Social. Sendo neste trabalho evidenciado o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, que busca interseccionar elementos (gênero, raça/etnia, classe, orientação sexual, etc) a fim de se compreender de que forma certos grupos estão sujeitos e sofrem opressões de formas correlacionadas.

Como já apresentado, sabemos que desigualdades de raça e gênero são eixos da Questão Social, entretanto, essa compreensão ainda é limitada na produção do Serviço Social. O quadro se complexifica ainda mais quando se analisa somente a questão racial e o uso de teorias produzidas por pessoas racializadas dentro das áreas de conhecimento a qual se insere o Serviço Social. Se fazendo assim, necessário problematizar essa relação e desnaturalizá-la dentro do Serviço Social, trazendo ao centro do debate o que intelectuais negros produziram e estão produzindo para além das consequências do racismo.

Considerando que é atribuição da/o Assistente Social formular, implementar e também executar políticas públicas, é de extrema importância que a/o profissional reflita tendo como base em seu arcabouço teórico metodológico, ético-político e técnico-operativo as questões de gênero e de raça, bem como outras intersecções de grupos considerados socialmente minoritários, como eixos fundantes da Questão Social, para assim operacionalizar suas ações de forma não discriminatória às demandas postas no cotidiano profissional.

Sabemos que o desenvolvimento da sociedade capitalista a qual estamos inseridos é branco, masculino e burguês, assim como o desenvolvimento da ciência. Sendo pensado apenas para parte da sociedade, que se beneficia da exploração das chamadas minorias sociais. Sendo assim, a fim de que se crie uma ruptura com esses sistema se faz necessário o conhecimento e uso de teorias que vão além do padrão. Ou seja, utilizar a teoria de mulheres negras ou indígenas, por exemplo, é uma forma de ruptura e uma validação da existência teórica destas pessoas.

É necessário compreender que todos esses fatores o auxiliam para uma

leitura coerente da totalidade e particularidades vivenciada pelos usuários atendidos pelos assistentes sociais. Sendo assim, a formação acadêmica precisa se comprometer ainda mais com os estudos sobre gênero e raça tanto na formação social do Brasil até a contemporaneidade, quanto nas bases da construção do Serviço Social como profissão. Essa mudança acarretaria no crescimento de estudos, pesquisas, produção científica sobre as relações sociais desiguais de gênero e raça aumentando a visibilidade sobre tais questões e o uso de teorias que são produzidas por pessoas que compõem estes grupos, possibilitando intervenções que não atuem no imediato e que estejam comprometidas com uma mudança societária.

Estes fatos se evidenciam com a análise dos dados apresentados nesta pesquisa. Considerando os 89 trabalhos disponíveis no repositório da UFSM, referentes a produções acadêmicas do curso de Serviço Social, apenas um conta com a presença do método da interseccionalidade para compreender sua análise, pode ser considerado pouco, pensando no tempo em que a interseccionalidade circula pelo meio acadêmico e no tempo em que o Serviço Social e passou pelo seu processo de ruptura e comprometeu-se com a luta contra o conservadorismo dentro da profissão e na defesa do projeto profissional comprometido com a justiça social, com a democracia e a liberdade dos/as trabalhadores/as.

Entretanto, deve ser considerado, pelo menos no que se refere ao tema do presente projeto de pesquisa, como um avanço, um sinal positivo do uso de teorias feminista negras, ou, teoria de mulheres negras. Analisando os demais projetos de pesquisa encontrados na busca realizada no repositório da UFSM, todos são de cursos diferentes. Mostrando que o Serviço Social está acompanhando a inserção dessas teorias em suas pesquisas.

Fazendo uso das reflexões do rapper brasileiro Emicida (2022), em uma entrevista ao programa Papo de Segunda, da GNT, ele diz:

A gente precisa ter a humildade de colocar de tempos em tempos as nossas convicções a prova, saca? Cruzar elas com a realidade, e a partir desse cruzamento das nossas convicções com a realidade entender se elas fazem sentido e entender se aquele grupo de ideias tem conduzido a gente para um lugar que a gente acredita e que a gente merece estar. (EMICIDA, 2022)

E traçando um paralelo com a rima da música “Vivência”, do rapper brasileiro

Sant (2022), que diz:

Tem a ver com a história e com a geografia o porquê de resistir
A dor que a gente sente, expõem e vendem, tipo fetiche
Vou furar tua bolha, desacredite, volto no pique
Pra te recordar do que não se orgulha
O ego é o ponto fraco da elite (SANT, 2022)

Com isso, quero dizer que acredito que o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, bem como seu ensino dentro dos cursos de Serviço Social, nas palavras do rapper Emicida, seja “conduzir a gente pro lugar que a gente acredita” e nas palavras do rapper Sant (2022), seja “Pra te recordar do que não se orgulha, o ego é ponto fraco da elite”. Compreendendo que o ensino desta e outras teorias oriundas de movimentos sociais que buscam a superação das opressões e do sistema capitalista, trata-se de uma subversão da ordem burguesa branca estabelecida, é necessário que nós percebamos a universidade como sendo um lugar central onde podemos trabalhar para educar para a consciência crítica, tendo o Serviço Social como potencial ferramenta da emancipação humana e espaço para o desenvolvimento crítico e científico de tais teorias.

Referências

ABESS/CEDEPSS. **Caderno ABESS n. 07. Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios.** Cortez, São Paulo: 1996.
ABRAMIDES, Maria Beatriz da Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** – 10^a. ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BUENO, Winne. **Repensando a interseccionalidade.** Portal Geledés, 2019.

Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/repensando-a-interseccionalidade/> Acesso em: 1 jan. 2023.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Portal Geledés, 2011.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-damulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em: 1 jan. 2023.

CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2008.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero.** 2002. Disponível em: Acesso em: 02 de ago de 2022. Cruzamento:raça e gênero. UNIFEM, 2004

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** Parágrafo. Jan/Jun, 2017. V. 5, nº1, 2017.

BATISTA, Rodrigo. **A Lei de cotas tem ano decisivo no Congresso.** Agência Senado, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso> Acesso em: 30 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DA SILVA, Jarlene Mariano. **SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E RAÇA: a interseccionalidade desses temas nas Revistas Ser Social e Serviço Social & Sociedade**. Brasília, 2017.

DA SILVA, José Fernando Siqueira. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 282-297. jul./dez. 2007.

FERREIRA, Patrícia R. ARAÚJO, Rose Mary. **As atribuições profissionais no espaço sócioocupacional do Serviço Social**. In: Mercado de trabalho do serviço social: fiscalização e exercício profissional/ Rosa Prêdes(Org.). – Maceió: EDUFAL, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Vozes, 154 p. 2017.

GOMES, Thais Bonato. **A atuação dos movimentos negros brasileiros na defesa dos direitos sociais das pessoas privadas de liberdade**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA** . Censo Brasileiro de 2010. Rio Grande do Sul: IBGE, 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10 Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela Iamamoto. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade**. CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. 1ª Ed Ampliada. Brasília, 2012.

MOREIRA, Tales W. F.; CAPUTI, Lesliane. **As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

NETO, Cacildo Teixeira de Carvalho; BARROS, Jaqueline de Melo. **A pesquisa como ferramenta de desvelamento da realidade: subsidios para a construção de conhecimento**. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 01-Nº 02/Jul-Dez 2014.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis, nº 3. (Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), ano II, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

PATRICIO, Carlos; SOUSA, FERNANDA; CAVALCANTE, LEILANE. **O racismo como expressão da questão social: sob os olhares dos discentes da universidade estadual do ceará – uece**. IV Seminário CETROS, Fortaleza – CE – UECE – Itaperi, 2013.

PNAD Contínua. **A população cresce de 2012 a 2021**. Uberlândia, MG. 2022.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021/> Acesso em: 1 jan. 2023.

PIMENTA, Paula. **Lei de Cotas: dez anos da norma que garantiu direitos e derrubou o mito da 'democracia racial'**. Fonte: Agência Senado, 2022.
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/lei-de-cotas-dez-anos-danorma-que-garantiu-direitos-e-derrubou-o-mito-da-democracia-racial> Acesso em 30 dez. 2022.

SCHUTZ, Laura dos Santos. **A SENZALA AINDA EXISTE: O SISTEMA CARCERÁRIO COMO MECANISMO DE PUNIÇÃO E SEGREGAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA E POBRE NO BRASIL**. Santa Maria, RS, 2022.

SILVA, Isabel da. **O movimento negro no período da ditadura militar e a música no Brasil**. Versão On-line ISBN 978-85-8015-076-6 Cadernos PDE. 2014.

SILVA, José Fernando Siqueira; SILVA, Maria Izabel. **Pesquisa e Serviço Social: contribuições à crítica**. In. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 2, p. 238-252, ago./dez. 2015.

SILVA, Juliana; DANTAS, Bruna; DANTAS M. Francisca. **Questão social e serviço social: desafios contemporâneos do trabalho profissional**. VIII Jornada internacional de políticas públicas. Maranhão, 2017.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora Fonseca. **O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade**. Florianópolis, 2015.

YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria O. da S. e. **Das origens à atualidade da profissão da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil**. In: CARVALHO, Denise B. Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs.). Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.